

TEXTO PARA DISCUSSÃO

2304

**PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
NO BRASIL: CONDIÇÕES DE VIDA,
INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO
E REMUNERAÇÃO**

Milko Matijascic



PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: CONDIÇÕES DE VIDA, INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

Milko Matijascic^{1, 2}

1. Técnico em planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

2. Cabe agradecer à equipe do Núcleo de Informações Sociais (Ninsoc) e, especialmente, a Bárbara Lopes Franco, por seu apoio no tratamento dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Agradecimentos adicionais são devidos a Paulo Roberto Corbucci e André Gambier Campos, pelos comentários referentes a este estudo. Erros e omissões são de responsabilidade exclusiva do autor. As ideias aqui expostas representam tão somente a visão do autor; não representando o ponto de vista de nenhuma instituição.

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Ministro Dyogo Henrique de Oliveira

ipea

**Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Rogério Boueri Miranda

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

João Alberto De Negri

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Regina Alvarez

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2017

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica
Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 CARACTERÍSTICAS DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL	9
3 CARACTERÍSTICAS DA INSERÇÃO OCUPACIONAL DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	18
4 REMUNERAÇÃO E HORAS DE ATIVIDADE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	28
5 CONCLUSÕES	35
REFERÊNCIAS	37

SINOPSE

As condições de vida dos professores da educação básica, quando comparadas às da média da população ocupada, são melhores no Brasil. Mas a forte presença de professores em domicílios com renda *per capita* inferior a 0,5 salário mínimo (SM) requer atenção. As escolas públicas, com destaque para as estaduais seguidas mais à distância pelas municipais, apresentam, em geral, melhores indicadores de instrução e organização sindical, sendo que as escolas privadas possuem indicadores piores em quase todas as regiões brasileiras. A remuneração dos professores é relativamente baixa no Brasil e varia entre regiões e por local de residência. A consolidação de uma nova realidade, na qual o salário médio seja o equivalente à média dos profissionais com nível superior completo, deve mudar essa realidade e criar condições mais favoráveis à melhoria do desempenho dos alunos em matéria de aprendizado.

Palavras-chave: professores; educação básica; remuneração; políticas públicas; mercado de trabalho.

ABSTRACT

Life conditions for teachers working in basic education are better than those of the average Brazilian working population. However, the high number of teachers living in households with per capita income below 0.5 of the minimum wage requires attention. Teachers in public schools have better conditions than private school teachers, when controlling for teachers schooling and union representation. Nevertheless, teachers' incomes are reduced and salaries vary quite a bit throughout the country. When teachers' average salaries equal the average of the population with tertiary education, it would create conditions that would foster improved student learning.

Keywords: school teachers; education; income, public policies; labor market.

1 INTRODUÇÃO

O debate recente sobre políticas públicas em educação se relaciona ao acompanhamento do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Para o período 2014-2024, o PNE possui vinte metas que tratam de cobertura, formação, participação da sociedade, custeio, entre outras, com vistas a aperfeiçoar a qualidade da educação enquanto política pública. O plano foi lançado em um período de maior dinamismo da economia, e a crise econômica atual gera dúvidas sobre a sua exequibilidade. A Meta 17 do PNE trata da valorização dos professores, um aspecto central deste estudo, e possui a seguinte redação: “Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE” (Brasil, p. 19, 2014).

A Meta 17 é composta por uma série de estratégias, cuja apresentação ajuda a entender melhor os seus objetivos:

17.1 - Constituir fórum permanente para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público;

17.2 - Constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD;

17.3 - Implementar, no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios, planos de carreira para os profissionais do magistério, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;

17.4 - Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, para equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano da vigência deste PNE (Brasil, p. 19-20, 2014).

O PNE visa estabelecer uma formação mínima de ensino superior para todos os professores da educação básica, segundo a Meta 16, e a metade desse contingente deverá atingir o nível de pós-graduação até 2024. O acompanhamento do PNE vem sendo realizado por instituições públicas e privadas, sendo que o Ipea participa desse esforço.¹

1. Ipea (2017) é o primeiro resultado desse esforço. O estudo trata da evolução inicial do Plano Nacional de Educação (PNE) e das perspectivas para atingir essas metas até 2024.

Este estudo possui uma finalidade complementar; qual seja, conhecer melhor as condições de vida, a inserção no mercado de trabalho e a remuneração dos professores da educação básica, que atuam nos ciclos de educação infantil, ensino fundamental e médio. Os professores que têm atuação em cursos de educação de jovens e adultos (EJA) e no ensino técnico, que privilegia a profissionalização dos alunos, também atuam como docentes da educação básica. Em resumo, os professores da educação básica representam um contingente que envolve uma categoria socioprofissional numerosa e disseminada ao longo do Brasil.

Diante disso, é preciso reconhecer que avaliar a Meta 17, utilizando como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) para aferir a evolução da média nacional de remuneração, é algo limitado, pois não dá conta das disparidades que envolvem um país amplo, marcado pela diversidade cultural e populacional. O ideal é realizar uma análise que atinja de forma mais direta as realidades locais – ou seja, os municípios –, isso para não falar dos próprios estabelecimentos escolares, onde se dá o aprendizado. A título de exemplo, um salário considerado baixo em uma municipalidade pode ser elevado em outra. Por sua vez, a remuneração é, de fato, um aspecto importante e explica muito do que ocorre na vida pessoal e familiar dos professores da educação básica. Mas a questão é mais ampla, pois as condições de vida e trabalho também são relevantes e caracterizam a vida pessoal e a inserção no mercado de trabalho.

Diante dos reparos apresentados, o objetivo deste estudo é apresentar a situação dos professores da educação básica no Brasil em termos de remuneração, bem como de condições de vida e de trabalho. Mas as bases de dados correntes com esse enfoque no Brasil apresentam limitações incontornáveis quando o foco é a apreensão da situação econômica e social dos professores. As condições de vida familiar e a posição na ocupação, que representam aspectos básicos dessa abordagem, somente podem ser apreendidas por meio da Pnad. Isso justifica a escolha dessa base de dados, pois o foco da Meta 17 do PNE não atinge a esfera municipal e o universo escolar.

Os limites em termos de seleção podem atingir as Unidades da Federação (UFs), distinguindo, conforme foi feito no estudo, os locais de domicílio metropolitanos, urbanos não metropolitanos e rurais. Essa opção permite explicitar melhor as diferentes realidades ao longo do Brasil, quando comparadas à média nacional. Outras bases de dados podem atingir a esfera municipal ou escolar, mas se restringem aos assalariados e nada podem falar de condições de vida familiares, o que é um fator limitante. Essas bases de dados serão exploradas em um futuro estudo, a partir dos resultados obtidos neste escopo.

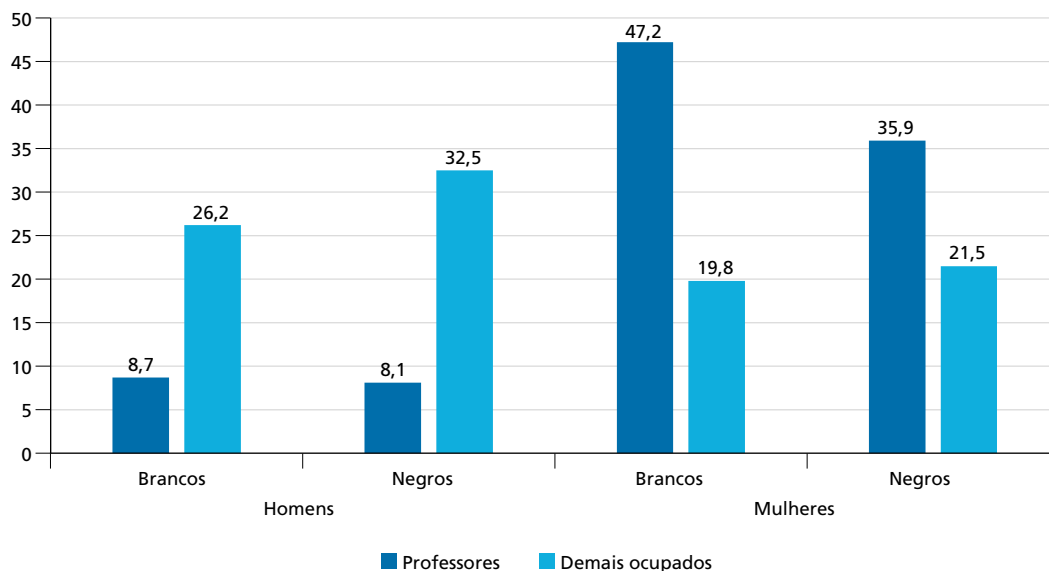
Para compreender a situação econômica e social dos professores da educação básica de forma apropriada, o estudo conta com as seguintes seções, além desta introdução: i) seção 2, que trata das *características básicas das condições de vida*; ii) seção 3, com a *descrição básica das condições de trabalho*; e iii) seção 4, que fala da *remuneração dos professores da educação básica*. Ao final, na seção 5, são apresentadas as conclusões deste estudo.

2 CARACTERÍSTICAS DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Para traçar o perfil básico dos professores no Brasil, cabe verificar o seu perfil em questões relativas a sexo e raça, comparando a distribuição dos professores àquelas da população ocupada. Esses indicadores têm por meta revelar como se situam os professores enquanto profissionais, quando comparados ao restante da população ocupada brasileira para verificar as suas condições básicas de vida.

O gráfico 1 apresenta os resultados para fins de comparação entre a distribuição da população brasileira e dos professores no Brasil em termos raciais e de sexo.

GRÁFICO 1
Distribuição da população brasileira de professores e demais ocupados segundo sexo e raça (2015)
(Em %)



Fonte: IBGE (2015).

Os indicadores do gráfico 1 revelam que existem nítidas diferenças entre a população brasileira e a de professores da educação básica. As mulheres estão sobrerrepresentadas na condição de professoras da educação básica em comparação ao perfil da população ocupada. Em relação à questão de raça, é possível perceber uma discreta sub-representação dos negros entre professores da educação básica quando comparados aos brancos. Como os negros possuem uma escolaridade inferior à dos brancos, segundo Ipea (2015), e os professores devem ter uma escolaridade mínima equivalente ao ensino médio, com forte tendência a requerer o ensino superior e a pós-graduação, isso limita o acesso à carreira por parte dos negros no presente.

Como o Brasil é um grande território, sendo superior, por exemplo, à totalidade da Europa, excetuada a Rússia, os dados agregados para o território nacional apresentam limites em face dessas características distintivas do país. Por se tratar de um tema incontornável, a maior parte das informações a seguir deve ser detalhada para grandes regiões, com uma separação entre o rural e o urbano e, nesse âmbito, entre áreas metropolitanas e não metropolitanas, pois essas diferenças são muito importantes. À medida que os detalhes aumentam, pode haver fragilidade e mesmo falta de informação para regiões e locais de domicílio para alguns tipos de informação. Essa é uma limitação da Pnad, reconhecida em sua elaboração, mas, como ela foi a base de dados selecionada para o PNE, este estudo se baseia nessa base de dados.

O esforço começa com a inserção de indicadores regionais e por local de domicílio para questões relativas a sexo e raça (tabela 1).

TABELA 1
Distribuição de professores por região e situação de domicílio segundo sexo e raça (2015)
(Em %)

Região e local de domicílio		Homens		Mulheres	
		Brancos	Negros	Branças	Negras
Norte	Metropolitano	12,0	16,5	28,6	42,9
	Urbano não metropolitano	6,9	18,0	20,0	55,1
	Rural	5,8	23,7	16,5	54,0
Nordeste	Metropolitano	8,1	12,2	20,2	59,5
	Urbano não metropolitano	5,1	11,3	32,6	51,0
	Rural	4,2	9,2	24,3	62,3

(Continua)

(Continuação)

Região e local de domicílio		Homens		Mulheres	
		Brancos	Negros	Branças	Negras
Sudeste	Metropolitano	12,4	6,6	55,6	25,4
	Urbano não metropolitano	9,1	4,7	56,5	29,7
	Rural	5,4	8,2	55,9	30,5
Sul	Metropolitano	13,4	2,3	72,9	11,5
	Urbano não metropolitano	9,9	1,8	78,6	9,7
	Rural	17,2	2,0	68,0	12,8
Centro-Oeste	Metropolitano	8,3	14,2	42,6	34,9
	Urbano não metropolitano	7,8	9,1	38,9	44,2
	Rural	3,4	10,1	36,7	49,9
Brasil	Metropolitano	11,5	7,8	50,2	30,5
	Urbano não metropolitano	7,8	7,9	48,1	36,3
	Rural	6,1	11,0	31,7	51,1

Fonte: IBGE (2015).

Ao desdobrar a informação do gráfico 1 para professores da educação básica por grandes regiões geográficas e locais de domicílio, que representam quinze grupos regionais e populacionais distintos, algumas diferenças aparecem na tabela 1. Em regiões com menor renda *per capita* e densidade populacional, a presença de negros, sobretudo da mulher negra, é maior. Isso também vale para a presença em escolas rurais, onde a mulher negra representa mais da metade do contingente, com a notória exceção da região Sul, em que a presença de negros é pequena, em forte contraste com as regiões Norte e Nordeste. Na região Sul, a professora negra é substituída pela professora branca. É bom lembrar que as escolas rurais possuem condições de trabalho mais difíceis, com problemas para captar professores, acabando por incorporar profissionais com menor nível de escolaridade, tendo ainda uma maior taxa de absenteísmo e de abandono por parte dos alunos.

Em regiões urbanas, sejam elas metropolitanas ou não, o perfil é diferente do rural. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a presença de negros na população é maior. No Sudeste e, sobretudo, no Sul, o perfil é diferente, pois a presença de negros é menor. A presença de negros no Sudeste merece destaque no Espírito Santo e no Rio de Janeiro, sendo um pouco menor em Minas Gerais e bem inferior em São Paulo, onde a proporção já se aproxima daquela da região Sul do Brasil. Isso explica a forte presença de mulheres brancas como professoras da educação básica nas

regiões Sul e Sudeste. Outro aspecto que chama atenção é a maior presença de homens brancos como docentes nas regiões metropolitanas (RMs) nessas duas regiões. Isso denota, talvez, o início de uma redução da presença feminina na condição de docente da educação básica, embora essa hipótese exija novas observações no futuro.

Para prosseguir com a comparação entre o perfil de professores da educação básica e o do restante da população ocupada, a tabela 2 apresenta indicadores para apontar se eles possuem filhos e são pessoas de referência em seus domicílios.

TABELA 2

Parcela de professores da educação básica e demais ocupados por região e local de domicílio com filhos e pessoa de referência (2015)

(Em %)

Região e local de domicílio		Professores		Demais ocupados	
		Pessoa de referência	Tem filhos	Pessoa de referência	Tem filhos
Norte	Metropolitano	61,2	36,3	67,6	43,3
	Urbano não metropolitano	73,6	45,1	69,8	47,6
	Rural	70,4	39,9	66,3	47,8
Nordeste	Metropolitano	57,1	38,6	66,8	45,7
	Urbano não metropolitano	68,7	35,6	69,1	48,0
	Rural	87,2	25,3	67,1	47,7
Sudeste	Metropolitano	58,0	39,5	65,0	46,5
	Urbano não metropolitano	63,2	33,5	65,7	47,8
	Rural	89,9	24,7	64,7	48,1
Sul	Metropolitano	58,1	37,4	63,6	47,7
	Urbano não metropolitano	57,4	36,2	63,7	47,9
	Rural	33,6	13,1	59,6	46,5
Centro-Oeste	Metropolitano	66,7	42,1	63,3	47,6
	Urbano não metropolitano	71,8	36,5	64,6	48,0
	Rural	61,7	43,5	51,0	54,7
Brasil	Metropolitano	58,5	39,2	65,1	46,5
	Urbano não metropolitano	65,9	36,1	66,4	47,9
	Rural	77,8	27,5	64,4	48,0

Fonte: IBGE (2015).

As informações contidas na tabela 2 também revelam existir diferenças por região e local de domicílio para as condições de pessoas de referência ou ter filhos, embora as diferenças sejam menores que as apontadas por sexo e raça. Em geral, os professores representam uma parcela menor de pessoas de referência que o restante da população ocupada. Isso se explica pelo fato de a presença feminina ser elevada entre professores e de essa fonte de renda ser a menor do domicílio. Outro destaque é o fato da mulher possuir uma inserção profissional mais frágil e ser colocada em posição de inferioridade no contexto doméstico, embora essa situação esteja em um processo de reversão nos últimos anos, conforme apontou Ipea (2015). O fato de os professores apresentarem cerca de 10 pontos percentuais (p.p.) a menos como pessoas de referência em áreas urbanas e mais de 20 p.p. em áreas rurais demonstra que o argumento continua tendo validade, representando um reflexo das décadas passadas, ainda que importantes transformações estejam em curso.

Em relação ao fato de ter ou não filhos, as diferenças entre professores e o restante da população ocupada são pequenas, embora existam peculiaridades a destacar. Os professores, ao contrário dos indicadores para a população ocupada, possuem maior tendência a ter filhos em regiões rurais, no Norte, onde as diferenças são muito perceptíveis, e no Centro-Oeste, com diferenças menos pronunciadas. Em geral, essas regiões são caracterizadas por um povoamento mais esparsa e atividades econômicas mais relacionadas ao setor primário da economia. Nas regiões urbanas das regiões mais populosas – ou seja, Nordeste, Sudeste e, em menor medida, Sul –, os professores possuem uma menor tendência a contar com filhos na família, e as diferenças em relação ao restante da população ocupada são reduzidas. Como os professores possuem um nível de escolaridade maior que o restante da população ocupada, a tendência a ter mais filhos é menor, seguindo uma trajetória de comportamento observada no hemisfério ocidental, sobretudo para quem possui maior nível de instrução, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef (Unesco, 2016).

Um aspecto sensível em relação à situação social do Brasil é a renda *per capita* domiciliar. A tabela 3 situa os professores nesse contexto, comparando-os aos demais profissionais ocupados com o mesmo detalhamento das tabelas anteriores.

TABELA 3

Distribuição de professores da educação básica e demais ocupados por região e local de domicílio segundo a renda *per capita* domiciliar em múltiplos do salário mínimo vigente (2015)

(Em %)

Região e local de domicílio		Professores					Demais ocupados				
		Até 0,24	0,25 a 0,49	0,5 a 1,49	1,5 a 2,9	3 e mais	Até 0,24	0,25 a 0,49	0,5 a 1,49	1,5 a 2,9	3 e mais
Norte	Metropolitano	5,2	3,0	30,4	32,6	28,9	4,9	15,8	56,4	14,4	8,5
	Urbano não metropolitano	2,7	2,5	41,3	35,4	18,1	6,2	16,9	51,1	17,7	8,0
	Rural	2,8	13,3	51,5	26,3	6,0	23,2	28,1	39,1	7,8	1,8
Nordeste	Metropolitano	1,5	4,6	32,5	37,2	24,2	5,3	13,7	55,4	16,0	9,6
	Urbano não metropolitano	2,2	4,2	48,5	30,5	14,7	9,2	19,7	51,5	12,8	6,7
	Rural	6,5	11,5	63,3	16,7	2,0	29,0	26,9	40,1	3,5	0,5
Sudeste	Metropolitano	3,9	0,5	23,0	36,1	36,4	5,7	5,2	43,8	27,2	18,1
	Urbano não metropolitano	3,0	1,1	27,5	40,2	28,2	4,5	6,2	48,2	28,1	12,9
	Rural	4,1	6,2	49,6	30,2	9,9	7,8	19,8	54,7	14,1	3,5
Sul	Metropolitano	1,6	0,9	19,2	44,0	34,3	4,2	3,8	40,6	32,0	19,4
	Urbano não metropolitano	1,3	0,2	15,9	44,2	38,4	3,4	4,5	41,9	33,8	16,4
	Rural	4,2	-	17,2	64,1	14,6	5,8	9,1	52,0	26,4	6,7
Centro-Oeste	Metropolitano	1,2	-	9,9	28,1	60,8	2,7	4,4	36,2	24,2	32,4
	Urbano não metropolitano	1,5	1,3	26,2	44,5	26,4	2,6	6,7	49,4	28,7	12,6
	Rural	3,4	3,3	36,8	29,9	26,5	5,8	13,2	55,6	19,7	5,7
Brasil	Metropolitano	3,1	1,3	23,5	36,6	35,4	5,3	6,8	45,5	25,3	17,1
	Urbano não metropolitano	2,3	2,0	32,7	38,1	24,9	5,4	10,2	48,3	24,6	11,5
	Rural	5,1	9,6	52,9	26,2	6,3	19,1	22,2	45,6	10,6	2,5

Fonte: IBGE (2015).

Ao analisar a tabela 3, é possível dizer que as condições de renda *per capita* domiciliar são melhores para os professores que para os demais ocupados. É preciso destacar, em termos de renda *per capita* familiar, que:

- rendas inferiores a 0,24 salário mínimo (SM) representam as famílias com elevado grau de pobreza;
- rendas inferiores a 0,49 SM e superiores a 0,25 SM representam as famílias com um relativo grau de pobreza;
- rendas inferiores a 1,5 SM e superiores a 0,5 SM representam as famílias com uma situação financeira regular no Brasil;

- rendas inferiores a 2,9 SMs e superiores a 1,5 SM incluem as famílias com remuneração mais estável; e
- rendas superiores a 3 SMs representam as famílias com uma situação financeira mais afluyente no Brasil.

Em geral, existe um nível sensivelmente melhor de inserção de professores nas duas classes superiores de renda *per capita* domiciliar. Como os salários dos professores da educação básica são limitados, essa situação possivelmente envolve docentes na condição de cônjuge e que não representam pessoas de referência no domicílio. Mas, em determinadas situações, existe uma inserção comparável de professores e demais ocupados nas duas classes com menor renda *per capita* domiciliar, o que denota uma precarização das condições de renda digna de atenção. Esse indicador *per se* justifica a Meta 17 do PNE, em termos de fixação de um piso salarial para a categoria e a elevação do salário dos professores, estabelecendo o ensino superior como condição de acesso necessária ao exercício da docência na educação básica.

Existem diferentes matizes de distribuição de renda, ao analisar diferentes regiões e o local de domicílio. A situação dos professores tende a ser mais parecida com a dos demais ocupados em regiões metropolitanas. Nesse contexto, atuar como professor parece ser menos atraente em todas as regiões do Brasil, tendo em vista que os demais ocupados possuem uma escolarização menor. O oposto se dá em regiões rurais, onde a situação dos professores em termos de renda *per capita* é melhor por toda a parte – ou seja, em termos de rendimento, o professor da educação básica tende a se situar em melhor posição em relação aos demais ocupados. Nas regiões urbanas não metropolitanas, a situação tende a ser intermediária; na região Sudeste, o perfil se assemelha ao dos demais ocupados. Como as exigências de escolarização são maiores para os professores e devem aumentar para poder elevar os salários, seguindo o que foi proposto na Meta 17 do PNE, para atuar como docente da educação básica, a situação atual revela a dificuldade em atrair profissionais devido ao baixo nível de rendimento existente.

Por fim, resta verificar, no âmbito desta seção, quais são as condições de moradia dos professores da educação básica, quando comparados ao restante da população ocupada no Brasil, de acordo com as formas de mensuração mais consagradas no Brasil. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera que boas condições de moradia dependem de um conjunto de fatores combinados, a saber: construção de alvenaria ou madeira tratada com telhas ou lajes; acesso à água potável

com canalização, coleta de esgoto – ou fossa séptica – e lixo; máximo de duas pessoas por dormitório com banheiro no domicílio; e, finalmente, acesso à telefonia e à eletricidade. A tabela 4 apresenta indicadores que destacam a existência de condições inadequadas, associando a falta de acesso aos quesitos expostos, definidas de acordo com IBGE (2011) e com diferentes regiões e locais de domicílio.

TABELA 4
Distribuição de professores da educação básica e dos demais ocupados por região e situação de domicílio segundo a inadequação dos domicílios para a moradia (2015)
 (Em %)

Região e local de domicílio		Professores	Demais ocupados
Norte	Metropolitano	45,9	64,4
	Urbano não metropolitano	33,5	41,4
	Rural	3,9	9,9
Nordeste	Metropolitano	60,8	72,1
	Urbano não metropolitano	57,6	71,8
	Rural	4,6	10,1
Sudeste	Metropolitano	73,9	87,4
	Urbano não metropolitano	79,5	87,2
	Rural	10,9	19,1
Sul	Metropolitano	79,2	88,1
	Urbano não metropolitano	74,6	81,7
	Rural	16,5	28,0
Centro-Oeste	Metropolitano	80,4	85,4
	Urbano não metropolitano	57,6	67,0
	Rural	2,8	23,7
Brasil	Metropolitano	71,6	84,1
	Urbano não metropolitano	67,0	75,2
	Rural	7,5	13,8

Fonte: IBGE (2015).

De acordo com os resultados da tabela 4, é possível perceber que os professores da educação básica residem, em geral, em domicílios com melhores condições de moradia que os demais ocupados. As diferenças em relação ao restante da população ocupada são maiores em regiões metropolitanas. Nas RMs, as condições inadequadas envolvem principalmente os migrantes e as populações com menores rendimentos e sem ocupação regular, não sendo esse o caso dos professores. As diferenças são bem

menores nas regiões rurais, onde a coleta de esgoto e, em menor medida, na atualidade, o acesso à eletricidade e à telefonia são mais restritos e atingem a todos, sem distinção de *status* profissional ou de rendimento. Nas regiões rurais, o desafio para prover serviços públicos dessa natureza ainda é elevado, e esse cenário afeta as condições de moradia dos professores. Nas regiões urbanas não metropolitanas, a situação de moradia se apresenta em um patamar intermediário em relação às demais, com a mesma lógica de distribuição à situação de moradia em relação ao restante dos ocupados.

As regiões mais urbanizadas, com maior diversidade populacional e com estrutura econômica mais diversificada, são as que apresentam as melhores condições de moradia, como é o caso do Sudeste. Mas as diferenças entre professores da educação básica e os demais ocupados se revelam maiores, devido aos problemas relacionados a ocupações irregulares de áreas que decorrem da migração e das condições de renda, que afetam os professores de forma menos acentuada, embora ainda estejam presentes, sobretudo em áreas rurais.

Em suma, as condições de vida dos professores quando comparadas à média do restante da população ocupada são melhores. Isso se deve ao fato de os níveis de remuneração da população ocupada serem, em média, um tanto inferiores aos dos professores, o que implica problema de inserção no mercado de trabalho, cuja resultante é a precária condição de trabalho. Ainda assim, a importante presença de professores em domicílios com renda *per capita* inferior a 0,5 SM requer atenção. As dificuldades de renda evocadas pela Meta 17 do PNE também se refletem em uma baixa condição de pessoa de referência e podem afetar uma menor propensão a ter filhos, embora este assunto envolva questões ainda mais complexas. Por fim, sob o prisma demográfico, mas com efeitos importantes sobre o mercado de trabalho, a dominância da condição feminina é um fator importante e a baixa presença de negros entre os professores da educação básica requer atenção. A análise mais detida de questões inseridas no universo do mercado de trabalho da próxima seção permitirão esmiuçar um pouco melhor os problemas apresentados até aqui.

3 CARACTERÍSTICAS DA INSERÇÃO OCUPACIONAL DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

As Metas 15 e 16 do PNE estabelecem a necessidade de melhoria do nível de formação do professor, devendo equivaler, pelo menos, ao ensino superior completo, e a metade dos professores deveria ser pós-graduada *lato sensu* até 2024. Isso justificaria a medida prevista pelo PNE, ao estabelecer que os professores da educação básica devem receber salários equivalentes à média daqueles pagos para profissionais que possuem o ensino superior completo, expressa na Meta 17. Trata-se, portanto, de uma meta relacionada ao mercado de trabalho.

A análise que se inicia nesta seção é multifacetada, pois envolve muitas variáveis de análise. A opção deste estudo recaiu sobre a posição na ocupação e o *status* de contribuição à Previdência Social, tipo de empregador, quantidade de empregos, escolaridade e grau de sindicalização. Essas são as variáveis mais representativas das condições de trabalho no âmbito da Pnad 2015, apresentando um panorama que permite caracterizar a situação laboral do professor de educação básica no Brasil.

O Brasil, bem como outros países da América Latina, é dotado de um mercado de trabalho caracterizado pela precarização das relações de trabalho e por uma baixa incidência de assalariamento, o que compromete a proteção previdenciária. A tabela 5 apresenta os resultados relacionados a essas variáveis.

TABELA 5
População de professores da educação básica, segundo a posição na ocupação e a contribuição ou não para a Previdência Social (2015)

Professores	Empregados		Empregadores		Conta-própria		Total
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	
Contingente (número)	2.914.336	169.735	6.082	2.241	9.139	10.634	3.112.167
Participação (%)	93,6	5,5	0,2	0,1	0,3	0,3	100,0

Fonte: IBGE (2015).

A precarização do mercado de trabalho brasileiro não caracteriza a situação dos professores da educação básica no Brasil, a julgar pelos resultados da tabela 5. Isso se explica pelo fato de os professores serem uma categoria socioprofissional caracterizada pelo assalariamento. Apenas 0,9% do total dos professores não é assalariado. Isso também explica por que 94,1% deles são contribuintes para a Previdência, pois o

assalariado é o público-alvo dessa política pública. O número de não contribuintes é tão reduzido que a separação por grandes regiões e local de domicílio gera problemas de amostragem e, por isso, não foi apresentada. Mas a variável pode ser analisada para o Brasil (tabela 6).

TABELA 6

Distribuição de professores da educação básica no Brasil segundo situação de domicílio, posição na ocupação e contribuição para a Previdência (2015)

(Em %)

Local de domicílio	Empregados		Empregadores		Conta-própria	
	Contribuinte	Não contribuinte	Contribuinte	Não contribuinte	Contribuinte	Não contribuinte
Metropolitano	94,9	5,1	94,4	5,6	46,0	54,0
Urbano não metropolitano	95,4	4,6	82,3	17,7	15,9	84,1
Rural	90,9	9,1	100,0	-	-	100,0
Total	94,0	5,2	0,3	0,0	0,2	0,3

Fonte: IBGE (2015).

A tabela 6 revela que é a posição de empregado na ocupação que determina a forma dominante da relação de trabalho, e sua inserção na condição de contribuinte para a Previdência pouco difere em relação ao local de domicílio. Existem notáveis diferenças para empregadores e conta-própria, mas elas são de pouca relevância diante da baixa representatividade desse contingente em relação ao total. Daí a opção por destacar somente a condição de empregado para a análise que representa este estudo daqui em diante – ou seja, a que insere o perfil das variáveis por região e local de domicílio, conforme apresenta a tabela 7 para a questão previdenciária.

TABELA 7

Professores assalariados da educação básica segundo região, situação de domicílio e contribuição para a Previdência na atividade docente (2015)

(Em %)

Região e local de domicílio		Empregados	
		Contribuintes	Não contribuintes
Norte	Metropolitano	87,1	12,9
	Urbano não metropolitano	97,3	2,7
	Rural	93,4	6,6
Nordeste	Metropolitano	89,7	10,3
	Urbano não metropolitano	91,3	8,7
	Rural	87,2	12,8

(Continua)

(Continuação)

Região e local de domicílio		Empregados	
		Contribuintes	Não contribuintes
Sudeste	Metropolitano	96,0	4,0
	Urbano não metropolitano	96,2	3,8
	Rural	100,0	-
Sul	Metropolitano	96,8	3,2
	Urbano não metropolitano	98,0	2,0
	Rural	98,0	2,0
Centro-Oeste	Metropolitano	97,1	2,9
	Urbano não metropolitano	97,2	2,8
	Rural	83,2	16,8
Brasil	Metropolitano	94,9	5,1
	Urbano não metropolitano	95,4	4,6
	Rural	90,9	9,1

Fonte: IBGE (2015).

Os resultados da tabela 7 revelam haver diferenças menores do que em outras variáveis de análise deste estudo, entre a condição de contribuinte para a Previdência dos professores assalariados da educação básica em diferentes regiões e locais de domicílio. O número mais elevado se encontra no Centro-Oeste rural e o menor, no Norte não metropolitano. Para os países desenvolvidos, essa variação representaria uma diferença significativa, mas, nas condições de ocupação do Brasil, as diferenças não podem ser caracterizadas dessa maneira.

Uma das questões que caracterizam as escolas brasileiras e seus resultados em exames de avaliação de desempenho – como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) ou a Prova Brasil – é o tipo de empregador. No Brasil, elas são subdivididas em escolas públicas e privadas e, no primeiro caso, por esfera de governo – ou seja, federal, estadual e municipal. No Brasil, a educação pública infantil é uma atribuição municipal, ao passo que no ensino fundamental os municípios partilham essa atribuição em conjunto com os estados. O ensino médio é de responsabilidade estadual. Apesar dessas regras de caráter constitucional dominarem o cenário, é sempre possível encontrar escolas públicas dos três tipos em todos os ciclos de ensino. Essa definição é relevante para entender o desempenho e as demais dificuldades enfrentadas pela escola, conforme apontou Ipea (2015). A participação percentual de docentes segundo o tipo de empregador dos professores do ensino básico está inserida na tabela 8.

TABELA 8

Distribuição de professores da educação básica empregados segundo região, local de domicílio e empregador no trabalho principal (2015)

(Em %)

	Região e local de domicílio	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Norte	Metropolitano	3,9	43,4	20,2	32,6
	Urbano não metropolitano	1,2	38,2	50,6	10,0
	Rural	-	9,0	89,1	1,9
Nordeste	Metropolitano	1,0	23,6	37,3	38,0
	Urbano não metropolitano	0,8	22,4	59,1	17,7
	Rural	0,5	6,7	89,1	3,7
Sudeste	Metropolitano	0,3	28,8	35,1	35,8
	Urbano não metropolitano	0,8	27,2	51,4	20,6
	Rural	-	47,3	46,7	6,1
Sul	Metropolitano	-	25,4	44,3	30,3
	Urbano não metropolitano	0,9	35,6	50,7	12,7
	Rural	-	24,6	73,1	2,3
Centro-Oeste	Metropolitano	1,2	63,7	2,4	32,7
	Urbano não metropolitano	1,1	37,6	40,3	21,0
	Rural	-	36,5	56,7	6,8
Brasil	Metropolitano	0,5	30,2	34,1	35,2
	Urbano não metropolitano	0,9	29,5	52,3	17,3
	Rural	0,3	15,0	81,2	3,6

Fonte: IBGE (2015).

Ao analisar a tabela 8, é possível perceber que a presença de professores atuando em escolas federais é pequena, o que se explica pela tradição brasileira, na qual à esfera federal cabe o foco no ensino superior. As regiões metropolitanas contam com um equilíbrio entre professores atuando em sua atividade principal em escolas estaduais, municipais e privadas. No entanto, ao observar as regiões, esse equilíbrio se nota em parte apenas no Nordeste e no Sudeste, pois no Norte e no Centro-Oeste as escolas municipais possuem menos importância. Já o Sul possui uma parcela maior de professores atuando em escolas municipais, contando com uma presença importante de empregos em escolas privadas também.

As regiões urbanas não metropolitanas apresentam uma sólida presença de professores empregados em escolas municipais em todas as regiões, seguidas à distância pelas escolas

estaduais e com uma proporção de escolas privadas que representa a metade daquela de regiões metropolitanas. A presença de profissionais em escolas estaduais é mais baixa no Nordeste; isso também ocorre nas da iniciativa privada na região Norte. Nas escolas rurais, existe uma incontestável primazia na presença de professores em instituições municipais, com uma importância secundária para as estaduais e marginal para as da iniciativa privada. Parte delas, inclusive, pode se situar em vizinhanças consideradas rurais, mas que atendem públicos de condomínios residenciais, devido ao crescimento dessa modalidade de moradia mais recentemente.

Uma das questões mais interessantes é a verificação da existência de professores com mais de um empregador ou exercendo outra atividade que não a de docente de forma concomitante. O reduzido salário em uma atividade que requer maior nível de conhecimento pode estimular a busca de mais ocupações para melhorar o nível de rendimento da família (tabela 9).

TABELA 9

Professores da educação básica com mais de um empregador nessa condição ou atuando em outras ocupações segundo região, situação de domicílio e tipo de empregador no trabalho docente (2015)

(Em %)

Região e local de domicílio		Atividade docente				Outras atividades			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Norte	Metropolitano	-	7,2	7,7	4,8	-	8,9	7,7	4,8
	Urbano não metropolitano	-	13,6	5,5	4,6	-	4,5	3,2	9,8
	Rural	-	19,9	3,0	-	-	10,4	2,6	-
Nordeste	Metropolitano	-	8,4	8,5	5,9	-	15,3	2,8	7,2
	Urbano não metropolitano	-	17,3	8,9	6,0	-	10,8	5,7	12,2
	Rural	-	5,8	4,3	-	-	23,3	9,4	-
Sudeste	Metropolitano	-	14,2	10,5	3,2	-	7,9	2,7	5,8
	Urbano não metropolitano	-	-	9,3	8,0	-	11,5	6,8	15,3
	Rural	-	-	5,8	-	-	22,7	5,8	-
Sul	Metropolitano	-	-	12,3	7,0	-	2,8	5,3	7,0
	Urbano não metropolitano	-	-	10,3	1,9	-	10,5	6,8	25,3
	Rural	-	-	15,1	-	-	8,6	3,1	-
Centro-Oeste	Metropolitano	-	-	-	7,3	-	0,9	-	5,5
	Urbano não metropolitano	-	-	7,3	6,3	-	6,4	3,3	10,1
	Rural	-	-	5,8	-	-	-	12,0	-
Brasil	Metropolitano	-	11,1	10,3	4,3	-	7,4	3,2	6,1
	Urbano não metropolitano	-	15,3	8,8	6,3	-	9,6	5,8	14,7
	Rural	-	10,7	5,3	-	-	16,0	7,1	-

Fonte: IBGE (2015).

De acordo com a tabela 9, é minoritária a parcela de professores da educação básica com mais de uma atividade, docente ou não, segundo os dados coletados na Pnad 2015. Os indicadores para professores da educação básica em sua atividade principal revelam que a dupla ocupação é inferior a 18% em todo o Brasil. Outro aspecto a destacar é que os professores federais apresentam indicadores muito reduzidos, que geram problemas de amostragem, e, por esse motivo, não foram incluídos indicadores para essa categoria; isso também ocorre em outras formas de emprego em regiões ou locais de domicílio, com destaque para os rurais. Essa situação deve se repetir na maioria das tabelas a seguir.

A tabela 9 indica que é minoritário o número de professores em mais de uma atividade docente, mas o tema merece atenção. As escolas com melhor desempenho potencial em termos de aprendizagem são aquelas que contam com professores em regime de dedicação exclusiva, que podem alocar melhor o seu tempo aos problemas dos alunos e da própria escola, conforme apontou TPE (2016). As diferenças entre regiões existem, mas não são notáveis, excetuados os casos já apresentados até o momento.

A participação de professores da educação básica em outras atividades não se restringe à função de docente. A tabela 9 apresenta também a participação de professores em outras atividades que não sejam de cunho exclusivamente docente. A participação em outras atividades de professores na educação básica apresenta pouca diferença em relação à segunda atividade docente. O acúmulo de atividades é mais comum no Norte, no Nordeste e no Sudeste, sendo algo pouco relevante para o Centro-Oeste. Como local de domicílio, as áreas urbanas não metropolitanas apresentam uma incidência superior às metropolitanas e as rurais apresentam essa característica com mais força em escolas municipais.

A tabela 10 apresenta o cômputo total de professores da educação básica que possuem uma segunda atividade, sendo ela nessa forma de docência ou não.

TABELA 10

Professores da educação básica com mais de um empregador segundo região, situação de domicílio e tipo de empregador no trabalho principal (2015)

(Em %)

	Região e local de domicílio	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Norte	Metropolitano	-	16,1	15,4	9,5
	Urbano não metropolitano	-	18,1	8,7	14,3
	Rural	-	30,3	5,6	-
Nordeste	Metropolitano	-	23,7	11,3	13,0
	Urbano não metropolitano	-	28,1	14,6	18,2
	Rural	-	29,1	13,7	-
Sudeste	Metropolitano	-	22,0	13,2	9,0
	Urbano não metropolitano	-	11,5	16,1	23,3
	Rural	-	22,7	11,5	-
Sul	Metropolitano	-	2,8	17,6	14,0
	Urbano não metropolitano	-	10,5	17,1	27,2
	Rural	-	8,6	18,2	-
Centro-Oeste	Metropolitano	-	0,9	-	12,7
	Urbano não metropolitano	-	6,4	10,6	16,4
	Rural	-	-	17,8	-
Brasil	Metropolitano	-	18,6	13,5	10,4
	Urbano não metropolitano	-	24,8	14,6	21,0
	Rural	-	26,7	12,5	7,5

Fonte: IBGE (2015).

Ao somar os professores da educação básica com segundo empregador àqueles que possuem uma atividade não docente, é preciso destacar que nas áreas urbanas não metropolitanas das regiões mais populosas, como o Sudeste, é que a dupla atividade se faz presente com mais força. A existência de mais de um emprego é minoritária para o Brasil, oscilando entre 10% e 30% dos professores, mas requer atenção em escolas estaduais, nas regiões Nordeste e Sudeste.

Outro aspecto importante em relação aos professores no PNE destacado pela Meta 16 diz respeito à qualificação destes. Até 2024, todos os professores da educação básica deverão ter como escolaridade mínima o ensino superior completo e a metade deles, pós-graduação. A tabela 11 apresenta o cenário em 2015.

TABELA 11

Distribuição de professores da educação básica, de acordo com escolaridade total, segundo região, situação de domicílio e inserção por tipo de escola no trabalho docente principal (2015)

(Em %)

Região e local de domicílio		Federal			Estadual			Municipal			Privada		
		Médio	Superior	Pós	Médio	Superior	Pós	Médio	Superior	Pós	Médio	Superior	Pós
Norte	Metropolitano	20,0	40,0	40,1	3,6	89,3	7,1	18,5	70,4	11,1	32,6	67,4	-
	Urbano não metropolitano	12,0	68,3	19,8	12,5	85,0	2,5	23,8	75,5	0,7	22,9	75,4	1,6
	Rural	-	-	-	16,6	80,0	3,4	39,2	60,4	0,4	-	-	-
Nordeste	Metropolitano	19,1	42,6	38,3	13,8	82,0	4,2	16,6	78,5	4,9	36,9	60,8	2,3
	Urbano não metropolitano	-	100,0	-	15,6	82,9	1,5	24,5	73,4	2,1	39,7	57,5	2,8
	Rural	52,1	47,9	-	37,5	62,5	-	48,5	51,5	-	54,2	45,8	-
Sudeste	Metropolitano	-	72,6	27,4	11,9	84,6	3,5	14,8	82,0	3,2	21,4	74,6	4,0
	Urbano não metropolitano	-	74,9	25,1	7,3	90,9	1,8	21,3	76,1	2,6	26,2	69,0	4,8
	Rural	-	-	-	45,2	54,8	-	-	-	-	34,3	65,7	-
Sul	Metropolitano	-	-	-	8,2	82,7	9,0	23,0	72,7	4,3	30,0	61,8	8,2
	Urbano não metropolitano	-	79,6	20,4	13,8	80,0	6,2	15,7	82,0	2,3	17,4	79,6	3,1
	Rural	-	-	-	8,6	91,4	-	8,9	91,1	-	50,0	50,0	-
Centro-Oeste	Metropolitano	-	100,0	-	6,5	79,4	14,0	50,0	50,0	-	14,0	77,2	8,8
	Urbano não metropolitano	-	75,0	25,0	8,2	88,4	3,4	11,7	86,4	1,9	21,2	74,1	4,7
	Rural	-	-	-	27,3	72,7	-	35,2	58,8	6,0	50,0	50,0	-
Brasil	Metropolitano	8,8	61,8	29,4	10,8	83,6	5,6	16,6	79,5	3,8	24,9	70,8	4,3
	Urbano não metropolitano	1,5	80,8	17,7	11,3	85,8	2,9	21,0	76,9	2,2	28,1	68,1	3,8
	Rural	64,5	35,5	-	30,9	68,7	0,4	41,4	58,3	0,3	54,4	45,6	-

Fonte: IBGE (2015).

Conforme aponta a tabela 11, somente professores da educação básica empregados em escolas federais atingem um grau de escolaridade equivalente a 100% para o ensino superior em algumas situações, e são eles também os que mais apresentam uma escolaridade equivalente à pós-graduação.

No quesito escolaridade, as redes públicas apresentam proporção melhor que a da iniciativa privada. Neste último caso, nas áreas urbanas, mais de 25% dos docentes não contam com ensino superior no Brasil, ao passo que nas instituições estaduais esse total não atinge 15%. As escolas municipais estão em pior situação que as estaduais. Para as escolas rurais, a situação é mais difícil, pois as condições para a contratação e a permanência do docente na área exigem a adoção de medidas de exceção, como relaxar certas exigências de formação. Sem tais medidas, pode ser inviável manter escolas para essas populações, ainda que isso seja um problema para eliminar as fortes desigualdades entre escolas urbanas e rurais.

Os resultados quando o foco é o tipo de empregador na atividade docente ou na atividade principal para múltiplos empregos docentes são equilibrados entre regiões para escolas estaduais. No âmbito das privadas e das municipais, os resultados também foram equilibrados, mas com uma participação menor do que nas estaduais. As escolas federais exigem cuidado, pois entre elas estão algumas das melhores em termos de formação do corpo docente ou das que se inserem em áreas que apresentam dificuldades específicas que requerem menores exigências de formação para lidar com dificuldades locais.

Um aspecto a destacar é o grau de sindicalização. Para os professores da educação básica no Brasil, a tabela 12 apresenta os números.

TABELA 12
Participação de professores da educação básica sindicalizados segundo região e situação de domicílio por tipo de escola (2015)
 (Em %)

	Região e local de domicílio	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Norte	Metropolitano	80,0	33,9	22,2	27,9
	Urbano não metropolitano	47,5	46,5	42,7	19,4
	Rural	-	49,6	31,0	-
Nordeste	Metropolitano	61,8	46,7	42,7	23,2
	Urbano não metropolitano	26,2	42,5	51,2	7,7
	Rural	-	19,7	52,1	-
Sudeste	Metropolitano	27,4	47,8	42,4	25,7
	Urbano não metropolitano	22,3	35,7	34,3	29,9
	Rural	-	7,6	26,7	34,3

(Continua)

(Continuação)

	Região e local de domicílio	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Sul	Metropolitano	-	41,8	50,0	40,2
	Urbano não metropolitano	59,1	54,7	50,6	27,6
	Rural	-	58,2	45,5	50,0
Centro-Oeste	Metropolitano	50,0	64,5	75,0	43,9
	Urbano não metropolitano	50,0	31,6	37,6	31,8
	Rural	-	27,1	58,8	-
Brasil	Metropolitano	49,1	48,6	43,4	27,9
	Urbano não metropolitano	36,5	42,1	43,4	22,9
	Rural	25,9	27,4	45,6	12,6

Fonte: IBGE (2015).

Ao observar os dados da tabela 12, é possível verificar que a situação dos professores da educação básica no Brasil em matéria de sindicalização é boa, quando comparada com a média da população ocupada. Os valores oscilam entre 35% e 40% para o Brasil, havendo um relativo equilíbrio nas escolas públicas, com ligeiras vantagens para os professores estaduais e em regiões metropolitanas, o que não surpreende, ao notar-se o conjunto de indicadores já apresentado. As escolas privadas possuem uma presença nitidamente inferior em matéria de sindicalização.

Ao longo do Brasil, é necessário destacar que a região Norte aparece em posição de inferioridade em relação às demais e o Centro-Oeste, em posição de destaque para regiões metropolitanas em escolas estaduais, o que se explica pela presença do Distrito Federal, onde não existem instituições municipais. É nesse âmbito que os professores de escolas privadas possuem também um maior grau de sindicalização.

Em síntese, a diferenciação entre empregadores de professores da educação básica revela que as escolas públicas, com destaque para as estaduais seguidas mais à distância pelas municipais, apresentam, em geral, melhores indicadores. As federais oscilam bastante em função de seus arranjos diversos. As escolas privadas possuem indicadores piores, como no caso de formação de professores e grau de sindicalização, em quase todas as regiões brasileiras. As diferenças entre regiões não são desprezíveis e refletem as diferenças de condições econômicas e sociais existentes no Brasil. No entanto, são as diferenças entre locais de domicílio que apresentam uma diferença ainda mais relevante. Isso se coaduna com a grande maioria dos estudos realizados sobre questões econômicas e sociais em uma perspectiva territorial. Apresentadas essas questões mais

essenciais, resta analisar o perfil de rendimento dos professores da educação básica, a ser exposto na próxima seção.

4 REMUNERAÇÃO E HORAS DE ATIVIDADE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O aspecto mais relevante colocado em destaque pela Meta 17 do PNE foi a elevação do salário dos professores, após atingir a escolarização equivalente ao ensino superior. A maior remuneração seria relevante para atrair profissionais qualificados e que possam ajudar a melhorar o desempenho dos alunos. O esforço de pesquisa que se segue tem por meta apresentar a situação salarial por região e local de domicílio, distinguindo-as por empregador conforme o apresentado na seção anterior.

Para iniciar, a tabela 13 apresenta a remuneração média dos professores da educação básica para aqueles que possuem apenas uma ocupação – ou seja, mais de 75% dos docentes, segundo as informações anteriores dispostas na tabela 10.

TABELA 13

Rendimentos totais de professores da educação básica empregados com uma única ocupação segundo região e situação de domicílio (2015)
(Em R\$ correntes)

	Região e local de domicílio	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Norte	Metropolitano	5.806	3.535	2.771	1.161
	Urbano não metropolitano	3.372	2.665	1.990	1.787
	Rural	-	2.148	1.694	1.860
Nordeste	Metropolitano	6.121	2.769	2.139	1.406
	Urbano não metropolitano	5.065	2.296	1.632	1.133
	Rural	-	1.134	1.255	619
Sudeste	Metropolitano	3.646	2.205	2.615	2.504
	Urbano não metropolitano	4.148	1.990	1.928	1.845
	Rural	-	1.490	1.390	3.039
Sul	Metropolitano	-	2.811	2.352	1.894
	Urbano não metropolitano	5.101	2.873	2.054	2.043
	Rural	-	1.938	1.735	1.500

(Continua)

(Continuação)

	Região e local de domicílio	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Centro-Oeste	Metropolitano	3.500	5.216	3.375	2.406
	Urbano não metropolitano	4.925	2.665	2.373	1.756
	Rural	-	1.854	1.986	320
Brasil	Metropolitano	5.009	2.852	2.492	2.204
	Urbano não metropolitano	4.571	2.426	1.894	1.650
	Rural	-	1.632	1.433	1.261

Fonte: IBGE (2015).

Os resultados da tabela 13 revelam que as regiões metropolitanas e as instituições federais tendem a pagar rendimentos maiores. Mas essa tendência requer algumas qualificações para evitar generalizações incorretas.

Ao observar as diferentes instituições nas quais estão empregados os professores da educação básica, são as instituições federais que apresentam maior nível de rendimentos, seguidas das estaduais, das municipais e, finalmente, das privadas. As instituições de educação básica federais foram as que apareceram com maior variação entre os rendimentos. Isso se deve ao fato de as escolas federais poderem intervir para apoiar localidades com problemas e carências específicas em determinadas áreas, e que apresentam dificuldade para o acesso à educação e, nessa condição, captam profissionais com menor qualificação. As instituições federais de educação básica são poucas no total geral e, em geral, concentram-se em escolas técnicas de nível médio.

As instituições estaduais pagam rendimentos melhores que as demais, excetuadas as federais. No entanto, também é uma modalidade de emprego que está se reduzindo em prol das instituições municipais. Sua presença ainda é sólida em regiões metropolitanas, mas estas assumem um papel secundário, embora ainda relevante, nas demais. Os professores lotados em instituições estaduais possuem contratos de trabalho mais antigos e, por isso mesmo, evoluíram na carreira, obtendo ganhos salariais, considerando os movimentos de municipalização existentes desde os anos 1990. Isso explica a situação dos professores inseridos em instituições municipais, as quais paulatinamente contam com o maior número de professores, sobretudo nas áreas não metropolitanas e rurais.

Por fim, as instituições privadas apresentam os menores salários, embora, em alguns casos, os salários superem aqueles das instituições municipais. Esse menor nível salarial reflete, em parte, a maior incidência de professores sem ensino superior, conforme foi apontado

na seção anterior. Isso pode decorrer do fato de essas instituições cuidarem de educação infantil em áreas mais carentes, por meio de convênios. Os dados da Pnad 2015 não permitem obter informações mais precisas a esse respeito, o que demonstra ser necessário aprofundar a pesquisa via Censo Escolar ou Relatório Anual de Informações Sociais (Rais).

A tabela 14 apresenta as mesmas informações que a tabela 13, mas considerando somente os professores com mais de um emprego docente.

TABELA 14

Rendimentos médios mensais de professores da educação básica com mais de um emprego docente por região e situação de domicílio (2015)

(Em R\$ correntes)

	Região e local de domicílio	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Norte	Metropolitano	-	10.247	-	-
	Urbano não metropolitano	-	4.371	4.065	3.394
	Rural	-	2.690	3.126	-
Nordeste	Metropolitano	-	5.153	4.212	2.884
	Urbano não metropolitano	-	4.006	3.414	3.385
	Rural	-	1.870	2.931	-
Sudeste	Metropolitano	-	5.196	5.188	6.733
	Urbano não metropolitano	-	3.235	3.556	4.562
	Rural	-	2.030	3.350	-
Sul	Metropolitano	-	4.315	4.547	3.380
	Urbano não metropolitano	-	4.059	3.545	4.800
	Rural	-	2.574	2.848	-
Centro-Oeste	Metropolitano	-	-	-	3.653
	Urbano não metropolitano	-	4.809	4.769	4.422
	Rural	-	-	3.922	-
Brasil	Metropolitano	-	5.229	4.932	4.871
	Urbano não metropolitano	-	3.800	3.615	4.176
	Rural	-	2.330	2.994	-

Fonte: IBGE (2015).

Os resultados apresentados pela tabela 14 não são equivalentes e nem seguem as mesmas tendências que os da tabela 13. Nas áreas urbanas não metropolitanas, não foi mantida a tendência de apresentar salários maiores, ainda que existam ocupações secundárias. Nas áreas não metropolitanas, os professores municipais passam a ter uma média salarial maior que a dos professores estaduais. Excetuado o caso do Sudeste não

metropolitano, essa situação se repete apenas no Sul metropolitano e no mundo rural com certa frequência. Novamente, são as escolas privadas as que apresentam os menores salários, em todas as situações, excetuado o Sudeste metropolitano, que concentra as populações melhor remuneradas no Brasil. Vale reiterar que a ocupação secundária de professores, em geral, se dá em instituições privadas, no caso de docentes que atuam em escolas públicas.

A tabela 15 apresenta a proporção dos ganhos no trabalho principal em relação aos ganhos totais, apresentando uma proporção entre a tabela 13 e desses ganhos somados aos da tabela 14. A reduzida disponibilidade de registros em determinadas situações, como nas regiões menos populosas, ou dos professores de instituições federais, torna os resultados menos confiáveis sob o prisma estatístico, é bom alertar.

TABELA 15

Participação do salário dos professores da educação básica no trabalho principal em relação ao total das remunerações como docente segundo região e situação de domicílio por tipo de escola no principal trabalho docente (2015)

(Em %)

Região e local de domicílio		Federal	Estadual	Municipal	Privada
Norte	Metropolitano	-	56,1	66,7	42,9
	Urbano não metropolitano	-	56,3	51,5	56,3
	Rural	-	53,4	53,0	-
Nordeste	Metropolitano	-	67,1	65,8	48,5
	Urbano não metropolitano	-	59,2	52,5	38,4
	Rural	-	52,4	56,9	-
Sudeste	Metropolitano	-	52,2	59,7	67,5
	Urbano não metropolitano	-	61,8	55,5	62,5
	Rural	-	55,3	59,7	-
Sul	Metropolitano	-	60,3	58,6	60,3
	Urbano não metropolitano	-	56,5	56,2	52,1
	Rural	-	59,1	51,6	-
Centro-Oeste	Metropolitano	-	-	-	61,6
	Urbano não metropolitano	-	55,3	59,5	61,0
	Rural	-	-	45,9	-
Brasil	Metropolitano	-	54,7	60,4	63,7
	Urbano não metropolitano	-	58,8	54,7	56,2
	Rural	-	55,9	54,6	-

Fonte: IBGE (2015).

Ao analisar os indicadores da tabela 15, é possível observar que os salários na ocupação principal representam entre 55% e 60%. Ou seja, os salários decorrentes de outras atividades laborais ocupam uma parcela relevante dos rendimentos de professores com mais de um trabalho. As diferenças entre regiões não chamam atenção, e as escolas rurais podem apresentar peculiaridades típicas de algumas regiões, mas isso não modifica a média nacional. A parcela recebida por parte de professores em escolas privadas é um pouco mais elevada que nas demais.

A tabela 16 apresenta informações similares às da tabela 15. A diferença reside no fato de a outra ocupação não ser de natureza docente.

TABELA 16

Rendimentos mensais de professores no emprego docente e em outros empregos não docentes segundo região e situação de domicílio por tipo de escola (2015)
(Em R\$)

	Região e local de domicílio	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Norte	Metropolitano	-	2.969	1.750	-
	Urbano não metropolitano	-	2.725	1.626	1.045
	Rural	-	1.419	1.255	-
Nordeste	Metropolitano	-	3.248	2.816	1.133
	Urbano não metropolitano	-	1.620	1.395	1.130
	Rural	-	1.090	1.197	-
Sudeste	Metropolitano	-	2.624	2.635	2.459
	Urbano não metropolitano	-	1.633	1.970	1.871
	Rural	-	860	1.430	-
Sul	Metropolitano	-	-	2.677	1.489
	Urbano não metropolitano	-	2.031	1.507	836
	Rural	-	1.600	788	480
Centro-Oeste	Metropolitano	-	-	-	2.165
	Urbano não metropolitano	-	1.834	1.774	2.059
Brasil	Metropolitano	-	-	-	-
	Urbano não metropolitano	3.800	2.903	2.630	2.021
	Rural	1.285	1.809	1.678	1.453

Fonte: IBGE (2015).

Os resultados obtidos pela tabela 16, referentes a professores com mais de uma ocupação não docente, revelam um nível mais elevado nas escolas estaduais. A iniciativa

privada busca profissionais com experiência em atividades realizadas por empresas para complementar a formação de alunos. Não deve ser negligenciado o fato de que os contratos da iniciativa privada podem ser mais flexíveis em termos de contratação, sem a necessidade de realização de concursos públicos para o ingresso na função com jornadas de trabalho fixas, conforme ocorre em instituições de ensino públicas de ensino. Por problemas de amostragem, não será possível repetir os mesmos detalhes que os da tabela 15 para os resultados obtidos na tabela 16.

A tabela 17 apresenta as mesmas informações que a tabela 15, mas o foco são os professores do ensino básico com mais de um emprego, sendo esse emprego adicional na condição de não docente.

TABELA 17

Participação do salário dos professores da educação básica no trabalho docente em relação ao total das remunerações segundo região e situação de domicílio por tipo de escola no trabalho docente (2015)

(Em %)

Região e local de domicílio		Federal	Estadual	Municipal	Privada
Norte	Metropolitano	-	53,6	44,9	16,2
	Urbano não metropolitano	-	41,3	44,1	35,4
	Rural	-	50,9	60,3	-
Nordeste	Metropolitano	-	37,9	45,5	42,2
	Urbano não metropolitano	-	37,5	62,1	41,9
	Rural	-	40,2	68,2	-
Sudeste	Metropolitano	-	43,1	57,7	46,1
	Urbano não metropolitano	-	43,7	48,1	44,3
	Rural	-	45,3	87,7	-
Sul	Metropolitano	-	52,6	61,5	21,8
	Urbano não metropolitano	-	50,9	53,0	25,2
	Rural	-	44,4	50,0	17,9
Centro-Oeste	Metropolitano	-	66,7	-	30,2
	Urbano não metropolitano	-	49,4	35,2	43,2
	Rural	-	-	72,5	-
Brasil	Metropolitano	25,7	42,9	56,0	39,9
	Urbano não metropolitano	34,4	43,9	50,7	39,8
	Rural	50,0	43,7	67,8	17,9

Fonte: IBGE (2015).

Na tabela 17, é possível observar que a remuneração de professor tende a representar uma parte inferior dos ganhos do profissional, quando ele possui uma ocupação adicional que não a de professor. Muitos resultados são inferiores a 50%, e esse é o mais claro indicador da posição secundária dos rendimentos enquanto professor sobre a remuneração total. Cabe ressaltar, no entanto, que essa parcela salarial da atuação enquanto professor da educação básica em geral não é desprezível, oscilando entre 40% e 50% nas instituições estaduais e superando o patamar de 50%, em geral, nas instituições municipais.

É essencial destacar que a remuneração total dos professores em relação aos seus rendimentos possui patamares mais modestos na iniciativa privada, deixando entrever que esses profissionais atuam como professores para complementar as suas atividades profissionais e para dar suporte ao ensino com base na experiência profissional. Nessas instituições, a maior flexibilidade em matéria de contratação pode ter por efeito, também, um número maior de profissionais com um número de horas/aula mais reduzido que em instituições mantidas pelo setor público.

Em suma, a remuneração dos professores é relativamente baixa em um contexto nacional e varia bastante entre regiões e, mais ainda, por local de residência e tipo de empregador. A consolidação de uma nova realidade, na qual o salário médio será equivalente à média dos profissionais com nível superior completo, deve mudar essa realidade para melhor, mas a heterogeneidade no Brasil tende a persistir. Por um lado, essa heterogeneidade se daria pelo fato de a remuneração do mercado de trabalho apresentar essa marca ao longo do Brasil. Nesse sentido, se o perfil de remuneração dos professores da educação básica se tornar mais homogêneo ao longo do Brasil, sua situação será de destaque no interior do país e nas regiões menos desenvolvidas, pois os níveis médios de renda dessas cidades ou regiões é menor. Já nas regiões mais desenvolvidas, a disparidade pode continuar elevada, pois a presença de mercados laborais mais dinâmicos demanda mais profissionais com maiores níveis de instrução. Por outro lado, propor salários com diferenciação regional pode marcar uma postura de manutenção da desigualdade que atinge o Brasil. Esse é um debate que ainda carece de maior maturidade em nosso contexto.

5 CONCLUSÕES

Ao observar a situação dos professores e de suas famílias em relação à média brasileira, as condições de vida e de trabalho são melhores. Isso pode se explicar pelo fato de a maioria absoluta do contingente de trabalhadores estar inserida em ocupações mais precárias ou dotadas de frágeis relações laborais. O professor é basicamente um assalariado, cujos direitos sociais são respeitados e o nível de rendimentos, embora seja limitado, não o coloca em uma situação de pobreza relativa ou absoluta. Existem professores que se inserem em condições de trabalho mais frágeis, e isso implica uma situação familiar dotada de carências e que requer atenção por parte dos formuladores de políticas públicas, ainda que isso seja de limitada envergadura.

A situação mais favorável do professor em relação à média da população não significa que a situação seja boa. Existe um razoável consenso em torno da Meta 17 do PNE, com vistas a valorizar o salário para atrair profissionais melhor qualificados. Isso poderia elevar a qualidade da educação no Brasil, em que os resultados em matéria de consolidação de conhecimentos e capacidade de raciocínio por parte dos alunos deixam a desejar, em relação ao total de séries concluídas. Estudos internacionais revelam que o professor qualificado representa um meio mais efetivo para elevar o desempenho em educação do que a redução de alunos por turma, conforme apontou OECD (2016). No Brasil, autores como Freitas (2015) discordam, afirmando que um tamanho menor das turmas é uma política pública adequada para reduzir os problemas de aprendizado, ainda que se alinhe com a Meta 17. Essa não é uma questão simples para resolver, mas os elementos envolvidos nos indicadores de mercado de trabalho dos professores ajudam a lidar com os problemas, ao destacar a heterogeneidade existente no Brasil e como essa situação requer abordagens diferenciadas para obter sucesso.

Antes de tudo, existe um número minoritário, mas não desprezível, de professores com mais de um emprego, sejam eles docentes ou não. Isso dificulta o dia a dia no traslado entre instituições e no envolvimento com cada uma delas. Escolas com melhores níveis de avaliação apontaram que a inserção do professor em um único estabelecimento era um dos pré-requisitos essenciais para atingir esse resultado. Nesse sentido, o aumento dos salários e a potencial redução do número de horas de atividade em sala de aula, com vistas a aumentar o tempo de preparo das aulas, o atendimento aos alunos e as atividades de atualização e planejamento parecem ser um caminho promissor para reverter muitas das dificuldades existentes no Brasil.

Outra medida importante que foi preconizada nas Metas 15 e 16 do PNE é o aumento da qualificação dos professores, para que esta seja, no mínimo, equivalente ao ensino superior e que metade do contingente em 2024 conte com uma formação de pós-graduação. O nível de formação dos professores ainda é precário no Brasil, pois existe um número médio de 10% de professores nas esferas federais e estaduais com ensino médio em regiões metropolitanas, e isso piora em áreas urbanas não metropolitanas. Em escolas da iniciativa privada, os números podem equivaler a um terço do total. A título de exemplo, a Finlândia, que é considerada um país exemplar em matéria de educação, determinou que os professores devem possuir uma formação equivalente ao mestrado.

O patamar de sindicalização pode ser considerado relativamente elevado se comparado à média dos trabalhadores brasileiros, mas é acanhado por ser inferior a 50%, e em comparação com a sociedade de maior nível de desenvolvimento também requer atenção. Os sindicatos são veículos legítimos para barganhar melhores condições salariais e de trabalho, que, como é bem sabido, são necessárias para melhorar a qualidade da educação oferecida.

A pesquisa sobre a condição de inserção dos professores no mercado de trabalho apresentou dificuldades que devem exigir novos estudos com outras bases de dados, pois a Pnad 2015 apresentou limites. Em primeiro lugar, foi muito difícil aferir a jornada de trabalho dos professores, pois o número de respostas não atingiu os patamares mínimos necessários para assegurar a confiabilidade. Outra questão séria, não detectada pela Pnad, é a falta de professores em determinadas disciplinas, como é o caso de física, química ou sociologia, conforme relatou o Tribunal de Contas da União (Brasil, 2015). A informação sobre a disponibilidade de professores é muito importante para estabelecer políticas públicas para o mercado de trabalho, voltadas aos professores da educação básica. Por fim, a maioria das bases de dados não consegue obter uma visão abrangente relacionada às condições de trabalho nas escolas. Parte dos estudos, como o da Unesco (2016), revelam que os professores brasileiros são os que mais perdem tempo com obrigações disciplinares e administrativas. Mas as bases de dados regulares não apontam os problemas de violência ou de convivência com a comunidade, e esses problemas são essenciais para viabilizar o aprendizado e a atividade dos professores.

Diante do exposto, é preciso reconhecer a necessidade de avançar em estudos mais detalhados, com bases de dados que atinjam os municípios e cada uma das escolas existentes, para poder formular políticas públicas de educação com foco nas condições

de vida e trabalho dos professores. Esse é um aspecto muito relevante para promover a retomada do desenvolvimento em bases sustentáveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/5CtxmT>>.

_____. Tribunal de Contas da União. **Relatório de auditoria coordenada no ensino médio**. Brasília: TCU, 2015.

FREITAS, L. C. Avaliação educacional: base nacional e autonomia do professor. **Blog do Freitas**, 9 out. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/RRLlt7>>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: características da população e dos domicílios – resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/kBCn3k>>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, Brasília, n. 23, 2015.

_____. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, Brasília, n. 24, 2017. No prelo.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Education at a glance**: OCDE indicators. Paris: OCDE, 2016. Available in: <<http://www.oecd.org>>. Access in: Sep. 2016.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Education for people and planet**: creating sustainable futures for all. Paris: Unesco, 2016. (Série Global Education Monitoring Report).

TPE – TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro de Educação Básica**. São Paulo: Moderna, 2016.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Leonardo Moreira Vallejo

Revisão

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Marcelo Araujo de Sales Aguiar

Marco Aurélio Dias Pires

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Alessandra Farias da Silva (estagiária)

Lilian de Lima Gonçalves (estagiária)

Luiz Gustavo Campos de Araújo Souza (estagiário)

Paulo Ubiratan Araujo Sobrinho (estagiário)

Pedro Henrique Ximendes Aragão (estagiário)

Editoração

Bernar José Vieira

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Herllyson da Silva Souza

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**

ISSN 1415-4765

